

RECONSTRUINDO O DESENHO DO HABITAT DE “REFORMA AGRÁRIA”: NOVAS POSSIBILIDADES PARA O PODER PÚBLICO – PREMISSAS BÁSICAS

Maria Cândida Teixeira de Cerqueira

Contato: mcandidac@gmail.com

Linha de pesquisa: “Política e projeto da habitação social”

INTRODUÇÃO

No âmbito da elaboração da tese “Reconstruindo o desenho do habitat de “reforma agrária”: Novas possibilidades para o poder público”, o presente trabalho aborda os passos iniciais para a construção do seu referencial teórico-metodológico.

Na tese, numa perspectiva dialética onde, segundo Engels (2015), as questões relacionadas à habitação devem ser analisadas num contexto abrangente (social, econômico e político), percebe-se que a “política” de habitação do campo para os assentamentos da Política Nacional de Reforma Agrária (PNRA) executada em nosso país, em suas práticas adotadas para a produção do espaço dos habitats (local de moradia), destina recursos somente para a construção da habitação e demarcação do macro espaço do local de moradia. O habitat em sua totalidade (lotes de moradia; equipamentos coletivos; espaços livres públicos e arruamento) não é contemplado. Além disso, no contexto do órgão responsável pela concepção do habitat (INCRA) não existem normas específicas relacionadas a essa prática e consequente efetivação. Indaga-se: essa prática de produção do espaço se faz adequada aos habitats de “reforma agrária”? Utiliza procedimentos e parâmetros apropriados à concepção e execução do habitat? Produz habitats condizentes à reforma agrária, constituindo lugar de vida, memória, habitar, trabalho e cidadania? Diante dessas indagações chega-se a **QUESTÃO DE PESQUISA** da tese: “Qual o legado do INCRA quanto à produção do espaço do habitat de “reforma agrária”: da prática do projeto à sua execução?”.

O **OBJETIVO GERAL** da tese consiste em “analisar a prática da produção do espaço do habitat dos assentamentos do PNRA exercida pelo Estado de modo a contribuir para o processo de reforma agrária do país”. Esse sendo destrinchado em dois **OBJETIVOS ESPECÍFICOS**: 1) Estudar a

concepção do habitat de “reforma agrária”; 2) Analisar o conceito e a prática do Estado a respeito da produção do habitat de “reforma agrária”.

Como **PROCEDIMENTO METODOLÓGICO** parte-se do método dialético, o regressivo-progressivo, criado por Marx e desenvolvido por Lefebvre. Inicialmente, realizar-se-a revisão do referencial teórico-metodológico. Após, será analisada a prática de produção do espaço do habitat de “reforma agrária”, tendo como **CAMPO EMPÍRICO** os assentamentos do RN; **RECORTE ESPACIAL**: habitat de 01 assentamento de cada um dos seis períodos do governo federal compreendido no **RECORTE TEMPORAL** (1985 a 2013); Eixos de análise: 1) processo de concepção do projeto; 2) desenho. Posteriormente, será realizada a compilação dos dados coletados, onde serão confrontados e analisados, chegando as **CONCLUSÕES** necessárias.

OBJETIVOS

Como dito, o objetivo geral desse trabalho consiste em apresentar as primeiras ações efetivadas para concepção do referencial teórico-metodológico da referida tese.

Corresponde a etapa inicial do procedimento metodológico para realizar o 1º Objetivo Específico da tese: “Estudar a concepção do habitat de ‘reforma agrária’”.

MÉTODO

Atualmente, encontra-se na fase de levantamento, sistematização e leitura dos principais autores inerentes à temática abordada, para a construção do referencial teórico-metodológico. Desse modo, aqui será apresentado, sucintamente, um panorama geral (e inicial) sobre alguns dos conceitos



que nortearão a pesquisa: “política” de reforma agrária no Brasil; Assentamentos do Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA); Habitat de “reforma agrária”. Por se tratar de um ensaio inicial (muito ainda falta para considera-lo completo), não foi possível tecer uma “costura” entre os itens expostos, estes aparecendo sob a forma de tópicos.

DESENVOLVIMENTO

POLÍTICA” DE REFORMA AGRÁRIA NO BRASIL

Segundo Ariovaldo Umbelino de Oliveira (2007), a conceituação e entendimento do termo “reforma agrária” se faz dentro de um contexto amplo e diverso:

A reforma agrária constitui-se em um conjunto de ações governamentais realizadas pelos países capitalistas visando modificar a estrutura fundiária de uma região ou de um país todo. Ela é feita através de mudanças na distribuição da propriedade e/ou posse da terra e da renda com vista a assegurar melhorias nos ganhos sociais, políticos, culturais, técnicos, econômicos (crescimento da produção agrícola) e de reordenação do território (OLIVEIRA, 2007, p. 68).

Para Martins (2000) a reforma agrária deve ser entendida como “todo ato tendente a desconcentrar a propriedade da terra quando esta representa ou cria um impasse histórico ao desenvolvimento social baseado nos interesses pacatos da sociedade” (MARTINS, 2000, p. 100-2). Segundo este autor, o produto resultante da redistribuição da terra feita a partir da verdadeira política de reforma agrária são os projetos de assentamentos rurais.

A definição trazida no art. 1º § 1º da primeira lei brasileira editada sobre este assunto – Estatuto da Terra (Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964) – afirma que a reforma agrária consiste no “conjunto de medidas que visem a promover melhor distribuição da terra, mediante modificações no regime de sua posse e uso, a fim de atender aos princípios de justiça social e ao aumento de produtividade” (BRASIL, 1964).

ASSENTAMENTOS DO PROGRAMA NACIONAL DE REFORMA AGRÁRIA (PNRA)

De acordo com o que relata Bergamasco (1996), de forma geral, os assentamentos rurais devem ser entendidos como

a criação de novas unidades de produção agrícola, por meio de políticas governamentais visando o ordenamento do uso da terra, em benefício de trabalhadores rurais sem ou com pouca terra” (BERGAMASCO, 1996, p.7).

Martins (2000) segue a mesma linha de raciocínio, afirmando que os assentamentos rurais devem ser o produto resultado da redistribuição da terra feito a partir da verdadeira política de reforma agrária. Na visão de Carvalho (1998) este panorama é expandido.

Desse modo, compreende que esta expressão

é utilizada para identificar não apenas um área de terra, no âmbito dos processos de reforma agrária, destinada à produção agropecuária e ou extrativista mas, também, um agregado heterogêneo de grupos sociais constituídos por famílias de trabalhadores rurais (CARVALHO, 1998, p. 7).

Percebe-se que o seu conceito abrange os aspectos físicos e sociais. Assim, a criação de um projeto de assentamento não se restringe a um mero ato administrativo, praticado pelo Instituto Nacional de Cidadania e Reforma Agrária (INCRA), sob a tutela do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), concretizado a partir da desapropriação ou aquisição (modalidades mais comuns) de terras que até então não cumpriam sua função social. Representa o resultado da luta social que se processa há tempo em nossa sociedade a favor de uma melhor distribuição da posse da terra, buscando beneficiar os trabalhadores rurais sem terra. Portanto, expressa um ato abrangente, que envolve uma série de elementos e significados, sobretudo a modificação dos ocupantes do espaço e das relações sociais, econômicas, produtivas e políticas nele estabelecidas e vivenciadas, bem como da sua organização físico-espacial e de infraestrutura. Em relação a esta última, faz-se necessário a inclusão de novas moradias, equipamentos sociais (escola, igreja,



4º SIMPÓSIO DE PESQUISA DO PPGAU-UFRN – DOUTORADO, MESTRADO ACADÊMICO e MESTRADO PROFISSIONAL

posto de saúde, centro comunitário, campo de futebol, etc.), espaços livres públicos, estradas de acesso, bem como modificada a área para produção, buscando atender aos novos anseios.

Esses elementos inerentes à configuração espacial são divididos em: área de preservação permanente; área de reserva legal; área destinada à produção agrícola; vias de circulação (estradas vicinais) e o habitat (BORGES, 2002), conforme representado na Figura 01 abaixo. O último elemento – o habitat – se faz objeto dessa pesquisa pretendida.

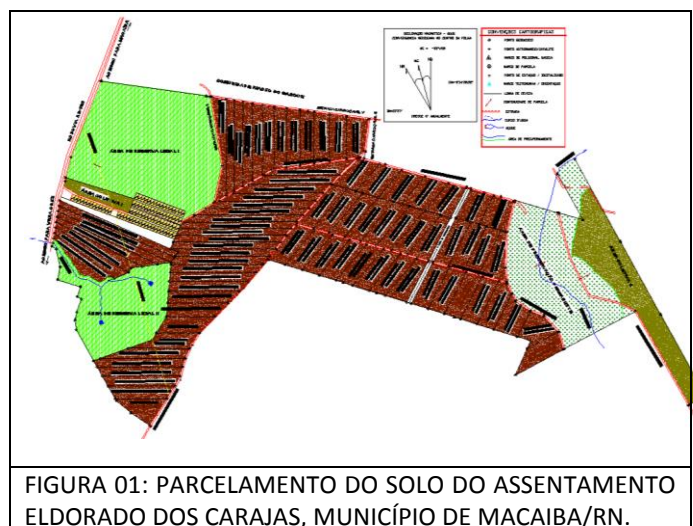


FIGURA 01: PARCELAMENTO DO SOLO DO ASSENTAMENTO ELDORADO DOS CARAJAS, MUNICÍPIO DE MACAIBA/RN.

HABITAT DE “REFORMA AGRÁRIA”

Conforme Lefebvre, o habitat

“constitui um conjunto, às vezes coerente e pleno de contradições, de conflitos virtuais ou atuais e que tem mudado em função de totalidades que constituem a cultura, a civilização, a sociedade numa escala global: as relações e os modos de produção, as estruturas e superestruturas” (LEFEBVRE, 1970, p. 158).

Desse conceito, obtêm-se alguns elementos, trabalhados por esse filósofo, que serão posteriormente desenvolvidos no decorrer da elaboração da tese, sendo necessário o seu entendimento para a concepção do conceito de habitat utilizadoⁱ.

A partir desse filósofo, Borges constrói entendimento sobre habitats de “reforma agrária”, cuja representação gráfica pode ser visualizada na Figura 02 abaixo:

“Contempla, operacionalmente, os locais de moradia, as próprias moradas ou habitações, equipamentos e serviços inerentes a um determinado assentamento humano. Ele faz parte do meio ambiente, sendo mais abrangente que o espaço construído da casa. Nos assentamentos rurais dos PAs ele compreende o conjunto de agrovilas, áreas habitáveis, equipamentos de uso coletivo e serviços” (BORGES, 2002, p. 19).

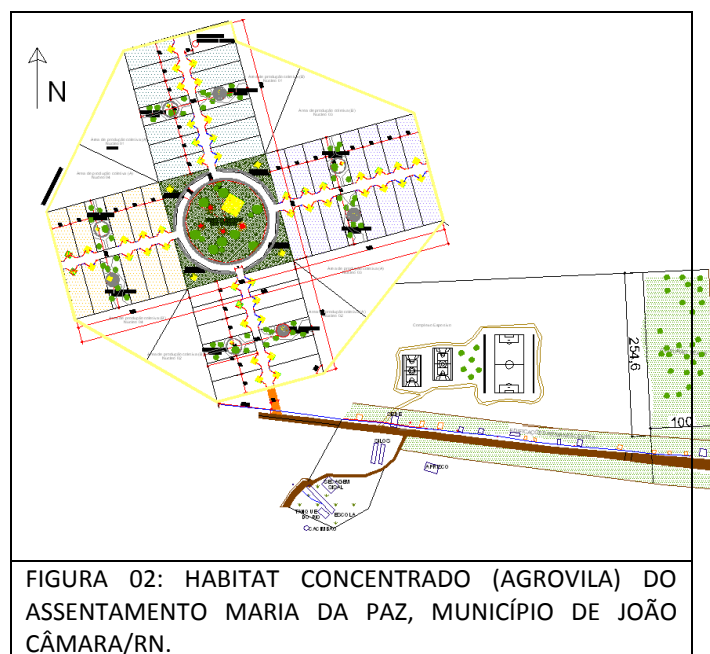


FIGURA 02: HABITAT CONCENTRADO (AGROVILA) DO ASSENTAMENTO MARIA DA PAZ, MUNICÍPIO DE JOÃO CÂMARA/RN.

De acordo com “Manifesto Colóquio Habitat e Cidadaniaⁱⁱ” (2006), o habitat do campo deve ser entendido como:

“1) HABITAT nos seus aspectos plenos para além da moradia, incluindo infraestrutura de saneamento, energia, água e estradas; bem como o acesso aos equipamentos sociais de lazer e serviços, tais como: educação, saúde, centros comunitários, praças e embelezamento; 2) HABITAT como elemento estruturante de integração entre os aspectos da moradia, trabalho e meio ambiente do campo”.



A partir desses pressupostos, baseado sobretudo em Borges (2002), a autora constrói conceito adotado em sua dissertação de mestradoⁱⁱⁱ:

“O habitat deve ser entendido como o espaço que o indivíduo habita, não se restringindo apenas ao local da residência construída, mas transcendendo-a, englobando todo o ambiente onde ele desenvolve a sua vida cotidiana: lotes de moradia, área de equipamentos comunitários, espaços livres públicos e arruamento (BORGES, 2002). Aqui também pode abranger a área de equipamentos remanescentes do imóvel desapropriado” (CERQUEIRA, 2009).

Avançando nos conceitos, na região Nordeste geralmente seus usuários optam pelo modelo de **habitat concentrado**, denominadas agrovilas. Para Borges (2002) essa tipologia caracteriza-se por possuir os lotes de moradia, equipamentos comunitários e de serviços reunidos numa mesma área. Os lotes de produção estão em local específico.

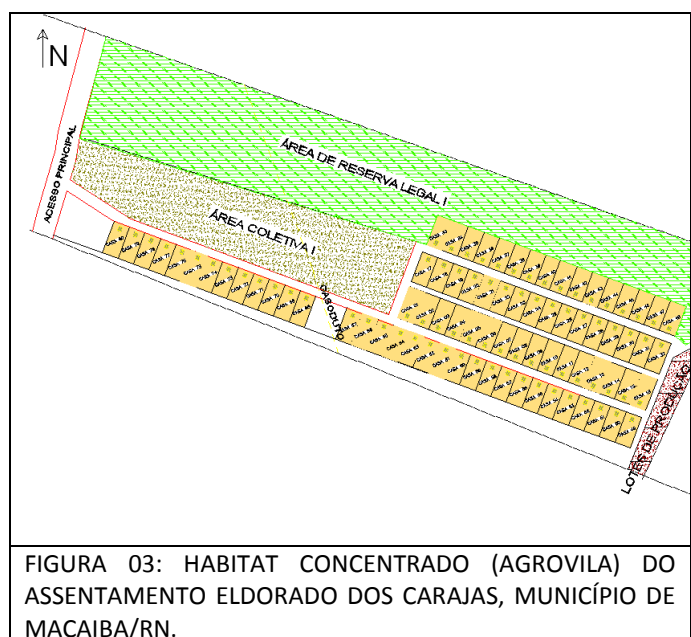


FIGURA 03: HABITAT CONCENTRADO (AGROVILA) DO ASSENTAMENTO ELDERADO DOS CARAJÁS, MUNICÍPIO DE MACAÍBA/RN.

Na Figura 03 tem-se a agrovila (habitat concentrado) do assentamento Eldorado dos Carajás, no município de Macaíba, no Rio Grande do Norte.

Em relação a sua configuração física, no habitat concentrado normalmente distingue-se uma área social na região central ou numa das extremidades, onde se

estabelece os **equipamentos comunitários**: local para reuniões e festas; galpões para armazenagem de produtos agrícolas; igreja; centro social; local para prática de esportes; parques infantis; escolas; posto de saúde, dentre outros. Frequentemente as edificações remanescentes da antiga fazenda também são reaproveitadas para estes usos, muitas vezes de maneira precária. Na Foto 01 abaixo tem-se parte dos equipamentos comunitário do habitat do assentamento Eldorado dos Carajás. Nessa edificação funciona o centro comunitário da associação dos moradores.



FOTO 01: EQUIPAMENTOS COMUNITÁRIOS DO HABITAT DO ASSENTAMENTO ELDERADO DOS CARAJÁS, MUNICÍPIO DE MACAÍBA/RN.

Os **espaços livres públicos**, entendido como terrenos não-edificados, ao ar livre, com predominância de áreas verdes, de uso predominante por pedestre, pensado para o lazer e convivência são representados pelas praças; áreas de convivência; áreas de circulação de pedestre.

Os **lotes de moradia** apresentam dimensões generosas, compatíveis à diversidade de uso que neles se desenvolvem. Além de habitar, a grande maioria das famílias desenvolve agricultura de subsistência e criação de pequenos animais, como galinhas, porcos ou vacas. Na Foto 02 representa-se uma habitação localizada em seu respectivo lote de moradia, delimitado por cerca de madeira e arame.



4º SIMPÓSIO DE PESQUISA DO PPGAU-UFRN – DOUTORADO, MESTRADO ACADÊMICO e MESTRADO PROFISSIONAL



FOTO 02: HABITAÇÃO NO LOTE DE MORADIA DO HABITAT DO ASSENTAMENTO ELDORADO DOS CARAJAS, MUNICÍPIO DE MACAIBA/RN.

No que diz respeito à **habitação**, de maneira geral, a tipologia empregada insere-se no contexto da habitação de interesse social. No projeto original não se observam características eminentemente rurais. Contudo, os moradores no transcorrer adaptam às suas necessidades. Na Foto 03 tem-se um exemplar original de uma moradia do assentamento Eldorado dos Carajás.



FOTO 03: DETALHE DA HABITAÇÃO DO HABITAT DO ASSENTAMENTO ELDORADO DOS CARAJAS, MUNICÍPIO DE MACAIBA/RN.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme cronograma elaborado, no qual se estrutura o desenvolvimento da referida tese, as ações cotidianas devem se concentrar e avançar para concepção do

referencial teórico-metodológico, o qual deverá estar o mais completo possível até o final do 3º semestre de desenvolvimento da tese (2016.1), onde acontecerá a qualificação do projeto de pesquisa.

Desse modo, pretende-se dar continuidade e ampliar as ações de levantamento, sistematização e leitura dos principais autores inerentes à temática abordada. Assim, deve-se ampliar a busca sobre autores que abordam os conceitos aqui apresentados: “Política de Reforma Agrária”: Oliveira (2007), Martins (2000) e o Estatuto da Terra (1964); “Assentamentos do Programa Nacional de Reforma Agrária”: Bergamasco (1996) e Carvalho (1998); “Habitat do campo”: Lefebvre (1970), Borges (2002), I Colóquio Habitat e Cidadania (2006) e Cerqueira (2009).

E acrescentar os demais que compõem os conceitos abordados: “Política de habitação social no campo”: Arruda (2007), I Colóquio Habitat e Cidadania (2006) e II Colóquio Habitat e Cidadania (2011); “Produção do espaço do habitat de reforma agrária”: Camargo (1970); Parâmetros do MST e de Borges (2002), por meio da metodologia do GERAH/UFRN, todos permeados por conceitos de Lefebvre (1974).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BERGAMASCO, Sônia M.; NORDER, Luis Cabello. **O que são Assentamentos Rurais**. São Paulo: Brasiliense, 1996. (Coleção Primeiros Passos).

BORGES, Amadja Henrique. **MST: Habitats em movimento**. 2002. 114 f. Tese (Doutorado), Faculdade de Arquitetura, Universidade de São Paulo, 2002.

CARVALHO. **Interação social e as possibilidades de coesão e de identidade sociais no cotidiano da vida social dos trabalhadores rurais nas áreas de reforma agrária no Brasil**. Curitiba: NEAD, 1999. Mimeografado.

CERQUEIRA, Maria Cândida Teixeira de Cerqueira. **A Assistência Técnica nos Habitats do MST e o Papel do Arquiteto e Urbanista**. 2009. 217p. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo (PPGAU), Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2009.



ENGELS, Friedrich. **Sobre a questão da moradia**. (Tradução: Nélio Schneider). 1ed. São Paulo: Boitempo, 2015.

LEFÈBVRE, Henry. **La producción del espacio**. (tradução: Emilio Martinez Guitiérrez). Colección Entrelíneas. Madri: Gracel Asociados, 2013 (1974).

Manifesto I Colóquio Habitat e Cidadania (2006).

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **Modo de Produção Capitalista, Agricultura e Reforma Agrária**. São Paulo: Labor Edições, 2007.

NOTAS

ⁱ Estes serão desenvolvidos no item “A Produção do espaço do habitat de ‘reforma agrária”, ainda em construção, não sendo possível aqui apresenta-los.

ⁱⁱ Principal evento da área que discute a questão da habitação de interesse social no campo. O I Colóquio Habitat e Cidadania foi realizado em 2006, organizado pelo GERAH/UFRN em parceria com o MST. II Colóquio Habitat e Cidadania: Habitação de Interesse Social no Campo ocorreu em 2011. Em maio de 2015 foi realizado o III Colóquio Habitat e Cidadania: Habitação de Interesse Social no Campo, nas Águas e nas Florestas. Nos três eventos essa autora também teve a oportunidade de participar. A produção intelectual desses eventos constitui fonte latente de informação

ⁱⁱⁱ “A Assistência Técnica nos Habitats do MST e o Papel do Arquiteto e Urbanista” (2009). Toma como referência a definição utilizada por Borges (2002), que por sua vez, baseia-se nos conceitos e noções difundidos por Mendras (1978) e Lefèbvre (1978).

